

Servidor

Decreto de 2015 é ignorado por parte do governo

► Um levantamento interno feito pelo governo após dados recolhidos com 59 entes da administração direta e indireta do Estado do Rio mostra que apenas nove deles cumpriram o Decreto 45.111, de janeiro de 2015, que ordenou a redução de 35% do valor global com gratificações com cargos comissionados. As bonificações são cotadas, de acordo com a planilha feita pelo governo, sobre 8.864 cargos comissionados. Os números são do Caderno de Recursos Humanos de janeiro deste ano, o último a ser publicado.

Em março, último mês computado pelo levantamento interno, cinco das secretarias e um instituto

com gastos superiores a R\$ 1 milhão por mês passavam longe de cumprir os 35% de meta.

Entre os 50 que não atingiram o combinado, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) foi o que economizou menos: só 2,5% dos R\$ 2 milhões gastos por mês. As secretarias da Casa Civil (14,70% de corte), da Educação (14,32%), de Fazenda (15,93%), de Planejamento (6,21%) e Segurança Pública (26,27%) completam a lista.

O detalhe é que ao publicar o decreto no início de 2015, o governador Luiz Fernando Pezão usou como justificativa para adotar a medida a crise financeira do Estado do Rio.



Gustavo Barbosa, do Rioprevidência: “possibilidades esgotadas”

Servidores rebatem dados

► Após a posição da Secretaria estadual de Planejamento e Gestão sobre o número de cargos comissionados ser pouco superior a oito mil trabalhadores, diversas categorias apresentaram questionamentos quanto ao cálculo. Membros da Associação dos Analistas da Fazenda Estadual do Rio (Anaferj) citaram o Caderno de Recursos Humanos de janeiro, segundo o qual há mais de

20 mil cargos de comissão com livre exoneração. Os números incluem a administração direta e indireta. Entre servidores da própria Secretaria de Planejamento, o cálculo é semelhante, e a explicação para o aumento é a inclusão de funcionários com contratos temporários ou com prazo indeterminado. Em janeiro, os gastos com essa parcela da folha chegou aos R\$ 70 milhões.

Alerj vota repasse de 7,5% de Duda ao Rioprevidência

► A Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj) vota hoje, em segunda discussão, o projeto de lei que prevê o repasse de 7,5% da arrecadação bruta com os pagamentos do Documento Único do Detran (Duda) para o Rioprevidência. O projeto é de autoria dos deputados Luiz Paulo Corrêa da Rocha e Lucinha, ambos do PSDB. Na justificativa da proposta, os deputados citaram uma arrecadação de R\$ 1,25 bilhão com o Duda, com uma previsão de repasse anual de R\$ 94 milhões para a Previdência. Essa é uma das primeiras discutidas para oferecer alternativas ao Rioprevidência diante dos problemas para pagar os benefícios. Ontem, em entrevista ao EXTRA, o presidente do fundo, Gustavo Barbosa, reconheceu que a instituição esgotou todas as alternativas para aumentar as receitas e reduzir as despesas.